



## Políticas de acesso aberto e as licenças *Creative Commons* adotadas em periódicos científicos de universidades federais brasileiras

Open Access policies and Creative Commons Licences adopted in scientific journals  
of Brazilian Federal Universities

### Ligia Patrícia Torino

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).  
Bibliotecária da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR).  
E-mail: [ligia.patricia@uel.br](mailto:ligia.patricia@uel.br)

### Sueli Alves da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).  
Bibliotecária da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR).  
E-mail: [sueli.alves.silva@uel.br](mailto:sueli.alves.silva@uel.br)

### Francisco Carlos Paletta

Doutor em Documentación: Archivos y Bibliotecas en el Entorno Digital pela Universidad Carlos III de Madrid. Docente da Universidade de São Paulo (USP) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Londrina (UEL).  
E-mail: [fcpaletta@usp.br](mailto:fcpaletta@usp.br)

## RESUMO

As políticas de acesso aberto e as licenças *Creative Commons* têm se tornado indispensáveis para garantir a disponibilidade gratuita e ética dos resultados de pesquisas científicas, ampliando a visibilidade e o compartilhamento do conhecimento produzido nas universidades federais brasileiras. Este estudo buscou identificar as políticas de acesso e as licenças *Creative Commons* adotadas pelos periódicos científicos das universidades federais brasileiras, analisando dados do Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM). Utilizou-se uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, para analisar 1.076 periódicos de 69 universidades federais brasileiras. Os dados foram coletados, organizados e quantificados a partir do DIADORIM e fundamentados por revisão bibliográfica. A análise revelou que 96,18% dos periódicos adotam uma política de acesso aberto imediato, 3,06% acesso aberto após período de embargo, 0,37% acesso híbrido, e 0,37% acesso restrito. Em relação às licenças *Creative Commons*, 57,52% dos periódicos utilizam a licença CC BY-NC, 19,12% CC BY, 10,33% CC BY-NC-ND, 8,30% CC BY-NC-SA, 3,99% CC BY-ND, e 0,74% CC BY-SA. Os resultados refletem o compromisso das universidades federais brasileiras com a disseminação aberta e ética do conhecimento científico, ressaltando a predominância do acesso aberto imediato e da licença CC BY-NC. Essas práticas contribuem expressivamente para a democratização do acesso à informação e o avanço científico.

**Palavras-chave:** Políticas de acesso aberto. Licenças *Creative commons*. Periódico científico. Universidades Federais Brasileiras.

## ABSTRACT

Open access policies and Creative Commons licenses have become indispensable to guarantee the free and ethical availability of scientific research results, increasing the visibility and sharing of knowledge produced in Brazilian federal universities. This study sought to identify the access policies and Creative Commons licenses adopted by scientific journals at Brazilian federal universities, analyzing data from the Directory of Editorial Policies of Brazilian Scientific Journals (DIADORIM). A mixed qualitative and

quantitative approach was used to analyze 1,076 journals from 69 Brazilian federal universities. Data were collected, organized and quantified from DIADORIM and supported by a bibliographic review. The analysis revealed that 96.18% of journals adopt an immediate open access policy, 3.06% open access after the embargo period, 0.37% hybrid access, and 0.37% restricted access. Regarding Creative Commons licenses, 57.52% of periodicals use the CC BY-NC license, 19.12% CC BY, 10.33% CC BY-NC-ND, 8.30% CC BY-NC-SA, 3.99% CC BY-ND, and 0.74% CC BY-SA. The results reflect the commitment of Brazilian federal universities to the open and ethical dissemination of scientific knowledge, highlighting the predominance of immediate open access and the CC BY-NC license. These practices significantly contribute to the democratization of access to information and scientific advancement.

**Keywords:** Open access policies. Creative commons licenses. Scientific journal. Brazilian Federal Universities.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de acesso aberto têm buscado garantir que os resultados das pesquisas científicas estejam disponíveis de forma gratuita e em texto completo para toda a sociedade. Nas universidades federais brasileiras, a adoção de políticas de acesso aberto não só favorece o acesso ao conhecimento, como também acrescenta visibilidade às pesquisas produzidas pelos membros da comunidade acadêmica.

As licenças *Creative Commons* são importantes nesse processo, pois oferecem um conjunto padronizado de permissões que os autores podem utilizar para indicar como seus trabalhos podem ser usados por outras pessoas. Ao adotar essas licenças, os periódicos científicos das universidades federais brasileiras buscam facilitar a reutilização e a redistribuição dos resultados de pesquisa, e ainda promovem uma cultura de compartilhamento e cooperação acadêmica. As licenças *Creative Commons* auxiliam para que o conhecimento produzido nas universidades esteja disponível para a sociedade de forma aberta e ética, contribuindo para o avanço científico e para a inovação.

Assim, este estudo justifica-se pela relevância do tema frente ao movimento de acesso aberto no que tange à investigação referente à disseminação gratuita do conhecimento científico por meio de periódicos e objetiva identificar as políticas de acesso e as licenças adotadas pelos periódicos científicos das universidades federais brasileiras a partir da análise dos dados disponíveis no Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras (DIADORIM), vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT). Neste estudo foram analisadas as políticas de 69 universidades federais brasileiras, totalizando um quantitativo de 1076 periódicos a elas vinculados.

O DIADORIM atua no sentido de orientar os autores quanto a informações sobre as permissões que as revistas concedem em relação ao acesso ao artigo, serviço disponível aos editores para que divulguem ou estabeleçam a política editorial de seus periódicos, acesso, armazenagem e recuperação via repositórios de acesso aberto e, também aos gestores de repositórios institucionais para que tenham informações sobre as políticas editoriais e se permitem depósito em repositórios. (DIADORIM, 2024).

## 2 O MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO

A consolidação do movimento de acesso aberto ocorreu em 2002, na *Budapest Open Access Initiative*, especialmente em resposta à crise dos periódicos, um fenômeno que teve início no final dos anos 1980, com iniciativas e Declarações importantes, como a Declaração de Berlim (2003) que foi um marco no movimento, definindo os princípios do acesso aberto. Anos depois, em 2018, instituições e organizações de ciência da Europa lançaram a "*cOAlition S*" (Plan S) um consórcio de agências de fomento à pesquisa, exigindo que pesquisas financiadas fossem publicadas com recursos públicos e de acesso aberto. O objetivo desse movimento foi eliminar as restrições de acesso às publicações científicas relacionadas a custos e permissões. A crise dos periódicos na década de 1980, foi provocada pela constante redução anual no número de assinaturas (Araújo; Sacramento; Barcelos, 2023).

O aumento significativo na inflação dos preços dos periódicos, com uma taxa anual de crescimento combinado com os cortes no orçamento das unidades de informação e a volatilidade das taxas de câmbio, resultou em uma diminuição do poder de compra. Como resultado, a crise de preços, na qual os orçamentos das bibliotecas não conseguiam acompanhar o aumento nos custos das assinaturas, e a crise de acesso, que surge como consequência da primeira, uma vez que os recursos de informação se tornam inacessíveis devido à impossibilidade de aquisição (Mueller, 2006).

Em 1990, Kimberly Douglas, identificou as cinco principais causas da crise enfrentada pelos periódicos, sendo pelo aumento alarmante dos preços, redução no financiamento das bibliotecas, efeitos da inflação e da recessão econômica, volatilidade na conversão de moedas e desigualdade no poder de compra entre países em desenvolvimento.

Diante dessa realidade, algumas medidas foram sugeridas para amenizar os problemas decorrentes da crise dos periódicos: formação de consórcios de bibliotecas,

concessão de acesso privilegiado à literatura científica para nações menos desenvolvidas e em desenvolvimento, digitalização de edições antigas de periódicos, serviços de assinatura para a consulta de bases de dados de pesquisa *online* em texto completo, fortalecimento do sistema de empréstimo entre bibliotecas, criação de repositórios institucionais e surgimento do movimento global de acesso aberto (Douglas, 1990, tradução nossa).

Esses novos formatos não só democratizaram o acesso à informação científica, mas também incentivaram práticas como o compartilhamento de dados e a colaboração interdisciplinar. O surgimento do movimento de acesso aberto foi uma das consequências mais significativas da crise dos periódicos (Kuramoto, 2006). Com isso, pesquisadores puderam não apenas acessar materiais relevantes para suas investigações sem custos exorbitantes, mas também contribuir para um acervo coletivo que beneficia toda a comunidade científica.

Antes mesmo de 2002, vários países ao redor do mundo, incluindo a América Latina, já tinham implementado ações em apoio aos princípios do movimento de acesso aberto. Em 1997, no Brasil, uma das iniciativas pioneiras foi o estabelecimento da plataforma *Scientific Online Electronic Library* (SciELO), que em sua essência, vislumbrava a intenção da visibilidade das produções, tanto no Brasil como em outros países.

Nesse sentido, duas estratégias se consolidam em prol do movimento: a via verde e a via dourada. A primeira estimula o desenvolvimento de repositórios institucionais de acesso aberto, ambiente onde os resultados de pesquisas publicados ou aceitos (pré-print) são depositados visando ampla divulgação e acesso. E a via dourada que estimula a publicação em periódicos científicos de acesso aberto (Costa; Leite, 2016). Por Repositório Institucional (RI), entende-se:

[...] um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição (Leite, 2009, p. 21).

De acordo com Leite, Amaro, Batista e Costa (2012) Os Repositórios Institucionais são amplamente utilizados no Brasil e no mundo, representando um grande progresso no sistema de comunicação científica. Eles têm função significativa na gestão da informação gerada e impulsionada pelas atividades acadêmicas e científicas. Já os periódicos

científicos de acesso aberto, definidos por Rodrigues e Fachin, (2010, p. 32) tratam-se de um

[...] veículo disseminador da produção científica em determinada área do conhecimento e são essas áreas que se organizam e se estruturam para criar, manter, disseminar e preservar suas informações. É no periódico científico que o conhecimento pode ser disseminado de forma mais atualizada e confiável em função da periodicidade e dos rigorosos processos de revisão pelos pares.

Os periódicos científicos de acesso aberto incentivam a disseminação das descobertas científicas, promovendo uma cultura de compartilhamento e colaboração. A estrutura organizacional desses periódicos, garante que as informações sejam cuidadosamente analisadas e validadas por especialistas da área antes da publicação. Esse processo de revisão por pares não apenas assegura a qualidade e a confiabilidade das pesquisas divulgadas, bem como oferece aos autores retorno que pode melhorar suas investigações. Assim, os periódicos científicos de acesso aberto, buscam facilitar a troca de conhecimento, fortalecendo a integridade da pesquisa científica, contribuindo para um avanço robusto e ético nas diversas áreas do saber.

A promoção da visibilidade e do impacto das pesquisas é uma das principais vantagens dos periódicos de acesso aberto. Quando os artigos são acessíveis sem barreiras financeiras, há uma maior probabilidade de que sejam lidos, citados e utilizados por outros pesquisadores. Isso pode resultar em um aumento significativo no alcance e na influência das pesquisas publicadas. Nesse sentido, a transparência proporcionada pelo acesso aberto contribui para a responsabilidade acadêmica, já que os dados e métodos utilizados nas pesquisas estão disponíveis para verificação e replicação por outros cientistas.

Uma publicação de acesso aberto precisa atender a duas condições:

i) os autores e detentores dos direitos autorais concedem a todos os usuários o acesso irrestrito, global e contínuo ao trabalho, combinado a uma licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir publicamente, bem como criar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer formato digital, para fins responsáveis, desde que a autoria seja corretamente atribuída. Além disso, também garantem o direito de produzir uma pequena quantidade de cópias impressas para uso pessoal.

ii) após sua publicação inicial, o trabalho completo acompanhado de todo o material suplementar e uma cópia da autorização são prontamente depositados em um

repositório *online* mantido por uma entidade acadêmica, associação científica, agência governamental ou qualquer outra instituição reconhecida. Este repositório tem como objetivo proporcionar acesso aberto, distribuição ampla, interoperabilidade e arquivamento de longo prazo (Swan, 2016).

No que tange aos periódicos científicos, a divulgação livre de artigos científicos é comumente oferecida no portal da própria revista, conforme as diretrizes do editor, ou através da inserção em um repositório acadêmico específico. Trata-se de uma tendência global que se concretiza por meio de várias abordagens (Kuramoto, 2006).

Apesar de estar amplamente difundido na sociedade atual, o movimento de acesso aberto está ganhando cada vez mais destaque. As tecnologias da informação e comunicação estão introduzindo novas formas de interação e compartilhamento. Nesse sentido, a capacidade das partes em interagir é representada por um fluxo de conhecimentos misto e complementar. A possibilidade de converter ativos de informação e conhecimento em uma plataforma digital em tempo real, sem se importar com a distância entre os usuários, desencadeou transformações significativas na sociedade, que agora é vista como estando interconectada em uma ampla rede (Kuramoto, 2006).

É relevante distinguir o acesso aberto gratuito, que implica em acesso livre, mas somente elimina a barreira dos preços; e o acesso aberto livre, que vai além da eliminação do custo e também suprime algumas restrições de permissões. Infere-se, que o acesso aberto está intimamente relacionado à educação e à democratização do conhecimento e da informação. É importante salientar que, no decorrer desse processo de aprendizagem e intercâmbio, não se deve apenas mencionar a relevância do compartilhamento de estudos e pesquisas em si, mas também a importância das novas tecnologias, como os *softwares* livres, que viabilizam modalidades inovadoras de ensino, a exemplo da educação a distância (Suber, 2012, tradução nossa).

Portanto, a disseminação do conhecimento por meio do acesso aberto não apenas democratiza a informação, mas também fortalece a prática da cidadania. Além disso, promove discussões sobre a ética na pesquisa e ressalta a responsabilidade social dos cientistas em compartilhar seu conhecimento em benefício da sociedade, tornando-a informada e crítica, capaz de tomar decisões fundamentadas em evidências e contribuir para o avanço coletivo.

Igualmente, esse processo facilita a chegada do conhecimento a pessoas que, de outra forma, não teriam acesso a ele, promovendo a ideia de uma “sociedade em rede”. A

transparência e a análise de dados promovem a criação de novos conhecimentos científicos, enquanto ajudam a reduzir os medos decorrentes do desconhecimento e da desinformação.

### **3 AS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS E OS SEUS PERIÓDICOS DE ACESSO ABERTO**

Como observa-se, o movimento de acesso aberto oportunizou o surgimento de periódicos de acesso aberto e estes estão presentes nas 69 Universidades Federais brasileiras e constituem-se como importantes fontes de publicidade dos resultados de pesquisa. De acordo com Angelo e Oliveira (2023):

Uma das atividades mais importantes da pesquisa científica é a divulgação dos seus resultados. As publicações são o meio, por excelência, para a divulgação da ciência, pois constituem os escritos criados por um autor que são transformados pelo processo editorial.

Ao considerar geralmente que as pesquisas científicas realizadas em universidades públicas são financiadas com recursos públicos, torna-se importante e responsável permitir acesso aos resultados. Nesse sentido, as revistas científicas possuem um duplo papel relevante: o de difundir o conhecimento produzido pela comunidade e o de prestar contas das pesquisas financiadas com recursos públicos. (Kuramoto, 2006).

Algumas vias para alcançar o acesso aberto podem ser identificadas nas políticas de periódicos. Dentre as quais se podem destacar:

- Acesso aberto imediato: neste caso, a política do periódico indica que os artigos após avaliados por pares, são divulgados imediatamente.
- Acesso aberto após período de embargo: neste caso a política editorial do periódico determina um prazo para que o artigo se mantenha restrito, sendo liberado o acesso tão logo esse período expire.
- Acesso híbrido: nesse caso, ocorrem as duas possibilidades expressas acima (I e II) geralmente são políticas de periódicos que possuem financiamentos parciais e as regras expressas em suas políticas determinam a disponibilização ou não dos resultados.
- Periódicos de acesso restrito: nessa situação o acesso ao conteúdo é restrito e apenas a pessoas que se encontram no hall de leitores com permissão de acesso.



Pode-se dizer que, no caso de artigos de periódicos, são as suas políticas que determinarão as condições de disponibilização de seus conteúdos em repositórios institucionais. Essas diretrizes, frequentemente estabelecidas pelos editores, determinam as permissões de acesso e a forma com que os materiais podem ser compartilhados, influenciando diretamente o alcance e a visibilidade da produção científica dentro do espaço acadêmico.

#### 4 LICENÇAS *CREATIVE COMMONS*

A agilidade e dinamismo presente nos ambientes digitais, em especial no contexto da produção e compartilhamento de produções científicas trouxeram à tona a necessidade de disponibilização de resultados de pesquisa de forma ética, legal e ágil. Foi assim que nos anos 2000 surgiram nos Estados Unidos, as licenças *Creative Commons*. Por meio dessas licenças, o autor define qual uso pode ser dado à sua obra facilitando o acesso ao conhecimento trazendo um equilíbrio saudável para o tradicional *copyright*, que requer “todos os direitos reservados”.

Um aspecto significativo das Licenças *Creative Commons* é sua capacidade de incentivar a inovação e a criatividade. Ao permitir que as pessoas reutilizem e remixem obras existentes, essas licenças promovem a criação de novos projetos. As licenças *Creative Commons* contribuem para a preservação do conhecimento cultural, permitindo que obras antigas sejam acessíveis e reinterpretadas. O capítulo brasileiro do *Creative Commons* indica que

As licenças e instrumentos de direito de autor e de direitos conexos da *Creative Commons* forjam um equilíbrio no seio do ambiente tradicional “todos os direitos reservados” criado pelas legislações de direito de autor e de direitos conexos. Os nossos instrumentos fornecem a todos, desde criadores individuais até grandes empresas, uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito de autor e de direitos conexos aos seus trabalhos criativos. (Creative Commons, 2024).

Assim, ao mesmo tempo em que o titular dos direitos autorais, enquanto licenciante resguarda os direitos de autor e direitos conexos, ele permite que outras pessoas façam uso de seu trabalho respeitando os limites estabelecidos na licença adotada por ele. As licenças *Creative Commons*, oferecem uma estrutura legal clara que beneficia tanto os autores quanto os usuários, incentivando a colaboração e o desenvolvimento contínuo de ideias.



O licenciante pode atribuir à obra, uma das licenças públicas *Creative Commons*, sendo:

- I. Atribuição (CC BY): permite remixar, adaptar e criar a partir do trabalho original, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito e que licencie as novas criações sob termos idênticos. É a licença mais flexível de todas as disponíveis;
- II. Atribuição-Compartilha Igual (CC BY-SA): permite remixar, adaptar e criar a partir do trabalho original, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito e que licencie as novas criações sob termos idênticos. É uma licença que costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto “copyleft”;
- III. Atribuição-Sem Derivações (CC BY-ND); esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído ao autor;
- IV. Atribuição-Não Comercial (CC BY-NC); permite remixar, adaptar e criar a partir do original para fins não comerciais. Novos trabalhos devem atribuir crédito e não é preciso licenciar seus derivados sob os mesmos termos.
- V. Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC-SA): permite remixar, adaptar e criar a partir do original para fins não comerciais. Exigência de atribuição de crédito e novas criações devem ser licenciadas sob termos idênticos;
- VI. Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações (CC BY-NC-ND): permite downloads e compartilhamentos desde que seja atribuído crédito. Não é possível fazer alteração de nenhuma forma e nem utilização para fins comerciais.
- VII. Licença de Domínio Público (CCO): nesta licença é possível reproduzir, adaptar e criar a partir do original, pois os autores renunciam a qualquer direito reservado. Assim, o conteúdo pode ser usado livremente, e sem precisar dar créditos aos autores (Creative Commons, 2024).

As licenças *Creative Commons* apresentaram novas perspectivas de difusão e utilização do conhecimento, notadamente no âmbito acadêmico e científico. Essas licenças possibilitam equilíbrio entre a proteção dos direitos autorais e a promoção do acesso aberto à informação, quando permite que os autores decidam de que maneira suas obras

podem ser usadas por outras pessoas. As licenças *Creative Commons* além de ampliar as possibilidades de colaboração e inovação, fortalecem a ética e a legalidade no compartilhamento de conhecimento, necessário para o avanço científico.

Ao facilitar a troca de ideias e promover a pesquisa colaborativa, essas licenças garantem que o conhecimento produzido esteja acessível a todos, independentemente de sua origem ou contexto. Dessa forma, contribuem para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e dinâmico. As licenças *Creative Commons* não só enriquecem a produção científica, como também criam uma cultura de compartilhamento.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo foi uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, na busca por proporcionar uma compreensão abrangente do fenômeno estudado. Segundo Minayo (2009, p. 21-22), a pesquisa qualitativa tem preocupação em desenvolver conhecimentos particulares, pois “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, ou seja, relações inerentes à subjetividade humana. A abordagem quantitativa, por sua vez, “[...] recai sobre os dados que podem ser quantificados, apontando preferências, comportamentos, entre outros [...]” (Mattos, 2020, p. 153). As duas abordagens combinadas trazem tanto a objetividade quanto a subjetividade referentes ao objeto estudado.

Quanto aos objetivos, a pesquisa configura-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema, procurando torná-lo mais claro e bem definido, enquanto a pesquisa descritiva busca descrever os aspectos de uma população específica e suas variáveis (Gil, 2010). Pode-se dizer que a classificação exploratória e descritiva da pesquisa tem a intenção de compreender e desenvolver ideias relacionadas ao objeto investigado.

Os dados relacionados às permissões de acesso, aos conteúdos e às licenças *Creative Commons* adotadas pelas universidades foram coletados no DIADORIM, identificados, organizados e posteriormente quantificados em uma planilha eletrônica. Utilizou-se a revisão bibliográfica para fundamentação teórica do trabalho, que, para Gil (2010, p. 30), tem como vantagem “[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Esse

método envolve o levantamento, a análise e a descrição de publicações científicas em uma área específica, constituindo-se no processo básico para os estudos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo documental, uma vez que se baseia na análise sistemática de documentos e registros públicos disponibilizados em ambiente digital. O corpus da pesquisa foi constituído a partir dos dados disponíveis no Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM), mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), reconhecido como fonte oficial para consulta às políticas editoriais dos periódicos científicos brasileiros.

A coleta de dados ocorreu no período de 30 de maio de 2024 a 12 de junho de 2024, sendo realizada integralmente pelos autores do estudo, de forma manual e sistemática, diretamente na plataforma do DIADORIM. Como critério de seleção, foram considerados exclusivamente os periódicos científicos vinculados às 69 universidades federais brasileiras, conforme listagem oficial vigente no momento da coleta, totalizando 1.076 periódicos analisados.

Para cada periódico identificado, foram extraídas as seguintes variáveis: (i) tipo de política de acesso adotada (acesso aberto imediato, acesso aberto com embargo, acesso híbrido ou acesso restrito); e (ii) tipo de licença *Creative Commons* declarada na política editorial. Quando as informações não estavam claramente descritas na página principal do periódico, procedeu-se à consulta complementar da política editorial ou das diretrizes para autores, conforme indicado pelo próprio DIADORIM.

Os dados coletados foram registrados, organizados e sistematizados em uma planilha eletrônica, elaborada especificamente para este estudo, permitindo o controle das variáveis analisadas, a padronização das categorias e a posterior quantificação dos resultados. Essa etapa foi fundamental para garantir a consistência dos registros, minimizar vieses de interpretação e possibilitar a replicabilidade da pesquisa por outros pesquisadores.

A análise quantitativa consistiu na tabulação e no cálculo das frequências absolutas e relativas das políticas de acesso e das licenças *Creative Commons* adotadas pelos periódicos. Já a análise qualitativa concentrou-se na interpretação dos dados à luz da literatura especializada sobre acesso aberto, comunicação científica e licenciamento de conteúdos acadêmicos, buscando compreender as implicações dessas escolhas no

contexto da disseminação do conhecimento científico nas universidades federais brasileiras.

Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa baseada em dados públicos e de acesso aberto, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa, uma vez que não envolve seres humanos nem dados sensíveis, limitando-se à análise de informações institucionais disponibilizadas publicamente.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo analisa as políticas de acesso aberto e as licenças *Creative Commons* adotadas por periódicos científicos de universidades federais brasileiras, utilizando dados presentes no Diretório de Políticas Editoriais de Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM). A pesquisa combina métodos qualitativos e quantitativos, buscando um entendimento mais abrangente do objeto do estudo. A análise se concentra em 69 universidades federais, totalizando 1.076 periódicos.

O movimento de acesso aberto objetiva eliminar barreiras de custos e permissões às publicações científicas, possibilitando a disseminação gratuita do conhecimento. As licenças *Creative Commons* são relevantes nesse processo, pois oferecem um conjunto padronizado de permissões para a reutilização e redistribuição dos resultados de pesquisa.

As universidades federais brasileiras, responsáveis por uma grande quantidade de produção científica, têm presença forte no DIADORIM. A análise revelou que 1.035 periódicos adotam uma política de acesso aberto imediato, enquanto 33 periódicos têm acesso aberto após um período de embargo, e apenas 4 periódicos têm acesso híbrido e outros 4 com acesso restrito. Esses dados indicam, embora não de forma absoluta, a grande adesão dos periódicos das universidades ao acesso aberto imediato, fato de extrema relevância social e aceitação ao movimento de acesso aberto.

O maior quantitativo de periódicos cujas políticas encontram-se disponibilizadas no Diretório são: Universidade de Brasília (UNB) com 71 periódicos, a Universidade Federal Fluminense (UFF) com 61 periódicos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 48 periódicos, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 43 periódicos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 43 periódicos, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 39 periódicos, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com 38 periódicos, a Universidade Federal de Goiás (UFG) com 36

periódicos, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com 33 periódicos e a Universidade Federal de Pernambuco UFPE com 32 periódicos.

Ao analisarmos quais as licenças *Creative Commons* adotadas pelos periódicos observou-se que grande parte delas utiliza a licença CC-BY-BC – atribuição não comercial. O Quadro 1 apresenta quantitativamente o percentual de uso desta e das demais licenças escolhidas pelas universidades federais:

**Quadro 1** – Resumo informativo sobre as Licenças *Creative Commons* escolhidas pelos periódicos de Universidades Federais

LICENÇA	TOTAL DE PERIÓDICOS
CC BY-NC - Atribuição não comercial	57,52%
CC BY - Atribuição	19,12%
CC BY-NC-ND - Atribuição-Sem Derivações-Sem Derivados	10,33%
CC BY-NC-SA - Atribuição-Não Comercial-Compartilha igual	8,30
CC BY-ND - Atribuição-Sem Derivações	3,99%
CC BY-SA - Atribuição-Compartilha Igual	0,74%
TOTAL DE PERIÓDICOS	1076

Fonte: Autoria própria adaptado de COMMONS (2024).

Adotada por 57,52% dos periódicos das universidades federais, a licença CC-BY-NC permite remixar, adaptar e criar a partir do original para fins não comerciais. Novos trabalhos criados a partir do trabalho licenciado por esta licença, devem atribuir crédito, mas não precisam licenciar seus derivados sob os mesmos termos. Trata-se de uma licença que permite a reutilização não comercial com atribuição de crédito.

Com 19,12% aparece a licença CC BY que dentre as diversas licenças disponíveis, se destaca como a mais eficaz para ampliar a disseminação da informação. Isso ocorre porque, sendo a menos restritiva, permite um maior grau de liberdade na reutilização dos conteúdos, ao mesmo tempo em que garante o devido reconhecimento da autoria, seja para o autor, os coautores, o periódico ou qualquer outro meio de publicação original. Além disso, a CC-BY apresenta uma alta compatibilidade com outras licenças, possibilitando a integração e circulação dos conteúdos em diferentes sistemas e serviços, incluindo aqueles de natureza comercial. Essa flexibilidade promove um ambiente de compartilhamento mais dinâmico e acessível, facilitando a interoperabilidade e a reutilização em larga escala (Santos, Sales e Packer, 2015).

Em seguida, com 10,33% aparece a licença CC BY-NC-ND - Atribuição-Sem Derivações-Sem Derivados. Diferente da licença anterior, esta é a que impõe maior

restrição ao uso dos conteúdos. Esta licença permite o *download* e o compartilhamento da obra, desde que dada a devida atribuição ao autor. Porém, ela proíbe qualquer tipo de alteração, adaptação ou criação de obras derivadas, bem como sua utilização para fins comerciais. Trata-se de uma licença assegura um controle mais rígido sobre a integridade do material original, restringindo sua circulação e reutilização a condições bastante específicas (Santos, Sales e Packer, 2015).

8,30% dos periódicos analisados utilizam a licença CC BY-NC-SA - Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual que permite modificar e criar a partir do original desde que o autor original seja mencionado e que não seja para fins comerciais, além disso, as novas criações devem utilizar os mesmos termos de licenciamento. É também uma licença restritiva visto que todas as obras derivadas a partir dela devem se limitar às suas determinações: não para fins comerciais.

3,99% dos periódicos optam pela CC BY-ND - Atribuição-Sem Derivações licença que autoriza tanto a redistribuição quanto o uso da obra em contextos comerciais e não comerciais, desde que seu conteúdo seja mantido integralmente, sem qualquer tipo de alteração, e que o devido reconhecimento seja concedido ao autor original. Dessa maneira, garante-se a integridade da obra enquanto se possibilita sua ampla circulação, permitindo que diferentes públicos tenham acesso a ela, independentemente da finalidade de uso.

A licença utilizada com menor frequência é a CC BY-SA (permite remixar, adaptar e criar a partir do trabalho original, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito e que licencie as novas criações sob termos idênticos. É uma licença que costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto “copyleft”), adotada por apenas 0,74% dos periódicos, onde os novos artigos baseados nesta licença terão licença igual e os trabalhos derivados permitirão o uso comercial.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos procedimentos metodológicos adotados e em resposta ao objetivo proposto na pesquisa que foi identificar as políticas de acesso e as licenças adotadas pelos periódicos científicos das universidades federais brasileiras a partir da análise dos dados disponíveis no DIADORIM, os resultados deste estudo evidenciam um panorama significativo acerca das políticas de acesso e das licenças *Creative Commons* adotadas pelos periódicos científicos vinculados às universidades federais brasileiras. A análise dos dados coletados no DIADORIM permitiu identificar tendências predominantes, bem como

diferenças na adoção de políticas de acesso aberto e de licenciamento, revelando avanços importantes no compromisso institucional com a democratização do acesso à informação científica, ainda que de maneiras diferentes entre as instituições analisadas.

**Quanto ao acesso:** os resultados deste estudo indicaram que as políticas editoriais dos periódicos das universidades federais adotam quatro tipos: política de acesso aberto imediato, acesso aberto após período de embargo, acesso híbrido e acesso restrito. Das 69 universidades federais, 96,18% adota acesso aberto imediato, seguida por 3,06% acesso aberto após período de embargo, e uma minoria adota 0,37% híbrido e 0,37% restrito.

**Quanto à adoção de licenças *Creative Commons*:** as universidades federais brasileiras analisadas adotam uma das licenças. Todavia, a que aparece com maior frequência dentre os periódicos analisados 57,52% é a licença *Creative Commons* CC BY-NC - Atribuição não comercial, possivelmente porque esta licença permite remixar, adaptar e criar a partir do original sem ter a obrigatoriedade de ser licenciada com os mesmos termos; seguida da CC BY – Atribuição, 19,12%, que é uma licença bastante flexível, recomendada para trazer maior visibilidade ao uso dos materiais já licenciados.

Observa-se que a presença de políticas editoriais explícitas e de licenças *Creative Commons* contribui para maior transparência, segurança jurídica e ampliação do acesso ao conhecimento científico, reforçando o papel estratégico das universidades federais na promoção da ciência aberta. Entretanto, os resultados também indicam a persistência de lacunas informacionais, especialmente no que se refere à ausência ou à imprecisão de informações sobre licenciamento em parte dos periódicos analisados, o que pode dificultar a reutilização dos conteúdos científicos por pesquisadores, estudantes e pela sociedade em geral.

Do ponto de vista metodológico, a utilização de dados públicos disponibilizados no DIADORIM mostrou-se adequada para a realização de um estudo de caráter documental e replicável. Todavia, reconhece-se como limitação do estudo o fato de a análise estar restrita às informações declaradas pelos próprios periódicos na plataforma, não contemplando eventuais divergências entre as políticas registradas e as práticas efetivamente adotadas nos sítios eletrônicos das revistas.

Sugere-se que estudos futuros ampliem o escopo da investigação para além das universidades federais, incorporando outras tipologias institucionais, bem como análises comparativas entre políticas editoriais declaradas e práticas efetivamente observadas nos periódicos. Ademais, investigações de natureza qualitativa mais aprofundada poderão



contribuir para compreender os fatores institucionais, políticos e culturais que influenciam as escolhas relacionadas ao acesso aberto e ao licenciamento de conteúdos científicos.

Considera-se que os achados apresentados oferecem contribuições relevantes para o campo da comunicação científica e para os debates sobre acesso aberto e licenças *Creative Commons* no contexto das universidades federais brasileiras, ao fornecer subsídios empíricos que podem orientar políticas institucionais, ações de gestão editorial e iniciativas voltadas ao fortalecimento da ciência aberta no país.

## REFERÊNCIAS

ANGELO, Edna da Silva; OLIVEIRA, Marlene. Periódicos científicos de acesso aberto do Brasil e da Espanha: identificação e características editoriais. *In: ENANCIB*, 23. 2023. **Anais** [...], Recife, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1604>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ARAÚJO, Kizi Mendonça de; SACRAMENTO, Igor; BARCELOS, Christovam. Movimento de Acesso Aberto: voltaremos ao ponto de partida?. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 746-750, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i4.4104. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/4104>. Acesso em: 5 fev. 2025.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Open access in the world and Latin America: a review since the Budapest Open Access Initiative. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33-45, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6014/3743>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as Licenças**. [s.l.]: Creative Commons, [201-]. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DIADORIM. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DOUGLAS, Kimberly. The serials crisis: adjusting to change. **The Serials Librarian**, v. 18, n. 1-2, p. 111-121, out., 1990. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J123v18n01\\_08](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J123v18n01_08). Acesso em: 15 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 91-102, ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/RcPCvVSyQ6dx7RcmJFLnbxL/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da produção científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT,

2009. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>. Acesso em: 20 set. 2024.

LEITE, Fernando César Lima; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá; COSTA, Michelli. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kp5gl>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**: desenhando o projeto e a pesquisa [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024. v. 2 ; 243 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 9-29, 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/nGD3MkKfNxtjnnWshf3YVjP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. **TransInformação**, Campinas, v. 22 n. 1 p. 33-45, jan./abr., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rSs7ppQj9JQFD8rNRjJVhLQ/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SANTOS, Solange; SALES, Denise Peres; PAKER, Abel L. SciELO adota CC-BY como atribuição principal de Acesso Aberto. **SciELO em Perspectiva**. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/06/19/scielo-adota-cc-by-como-atribuicao-principal-de-acesso-aberto/>. Acesso em 14 dez. 2024.

SUBER, Peter. **Open Access**. MIT Press: Cambridge, Massachusetts; London England, 2012. Disponível em: [http://direct.mit.edu/books/book-pdf/2273284/book\\_9780262301732.pdf](http://direct.mit.edu/books/book-pdf/2273284/book_9780262301732.pdf). Acesso em: 15 jun. 2024.

SWAN, Alma. **Diretrizes para políticas de desenvolvimento e promoção do acesso aberto**. Brasília : UNESCO Brasil, IBICT, 2016. 82 p. *Ebook*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246018>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2025  
Aprovado em: 27 de dezembro de 2025  
Publicado em: 27 de dezembro de 2025